



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 6ª (SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 6ª (sexta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: 1/2603/2018, 1/1723/2017, 1/122/2017 – Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho; 1/3785/2017, 1/2017/2018, 1/2604/2018, 1/2607/2018, 1/5449/2017 (Despacho Perícia) Alexandre Mendes de Sousa; 1/5450/2017 (Despacho Perícia), 1/2608/2018 Felipe Augusto Araújo Muniz; 1/2016/2018 – Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, foram aprovadas. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/4179/2017 – Auto de Infração nº 1/201706706. RECORRENTE: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDROS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, após conhecer do Recurso ordinário interposto, dar-lhe provimento e, em grau de preliminar declarar nula a decisão de 1ª Instância, tendo em vista que o julgador singular não enfrentou de forma específica e fundamentada todos os argumentos expostos na peça impugnatória, cerceando o direito de defesa do autuado. Consequentemente, determinam o **RETORNO DO PROCESSO** à instância originária para a realização de novo julgamento. Decisão embasada no Art. 83 da Lei nº 15.614/14, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral proferida em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/4180/2017 – Auto de Infração nº 1/201706952. RECORRENTE: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDROS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e decidir nos seguintes termos: **1. Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração por ausência do Livro de Registro de**

Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO) – resolvem afastar, por unanimidade de votos, uma vez que já consta no auto de infração todas as informações necessárias à defesa do contribuinte, além disso, não registrar a ocorrência de auto de infração no citado livro não constitui motivo de nulidade do processo, conforme legislação vigente; **2. Quanto à questão suscitada de Multa com efeito confiscatório** – resolvem afastar por unanimidade de votos, entendem os senhores Conselheiros que não é competência desta Câmara de Julgamento afastar a aplicação de norma sob o fundamento de inconstitucionalidade, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **CONDENATÓRIA** exarada em 1ª Instância, no entanto, com fundamento diverso do adotado no julgamento singular, que aplicou a penalidade prevista no art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96, com a redação da Lei nº 16.258/2017, a Câmara acata a sugestão do Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, pela aplicação da penalidade no art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96, de acordo com a peça inicial e conforme o que dispõe o art. 144, do CTN, que prevê a aplicação da norma vigente à época do fato gerador. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/4181/2017 – Auto de Infração nº 1/201706958. RECORRENTE: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDROS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e decidir nos seguintes termos: **1. Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração por ausência do Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO)** – resolvem afastar, por unanimidade de votos, uma vez que já consta no auto de infração todas as informações necessárias à defesa do contribuinte, além disso, não registrar a ocorrência de auto de infração no citado livro não constitui motivo de nulidade do processo, conforme legislação vigente; **2. Quanto à questão suscitada de Multa com efeito confiscatório** – resolvem afastar por unanimidade de votos, entendem os senhores Conselheiros que não é competência desta Câmara de Julgamento afastar a aplicação de norma sob o fundamento de inconstitucionalidade, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **No mérito**, por maioria de votos, a 3ª Câmara resolve conhecer do Recurso interposto, dar-lhe parcial provimento, modificar a decisão de procedência exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, para a insere no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, entendeu pela parcial procedência aplicando o art.123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, mas com a redação dada pela Lei nº 16.258/2017, que prevê aplicação da penalidade mais benéfica ao contribuinte, reduzindo a multa em 10% (dez por cento) e, c/c o art. 106, II, “c” do CTN. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou pela parcial procedência, nos termos da manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/4182/2017 – Auto de Infração nº 1/201706963. RECORRENTE: GLASSMAXI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VIDROS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e, decidir nos seguintes termos: **1. Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração por ausência do Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências (RUDFTO)** – resolvem afastar, por unanimidade

de votos, uma vez que já consta no auto de infração todas as informações necessárias à defesa do contribuinte, além disso, não registrar a ocorrência de auto de infração no citado livro não constitui motivo de nulidade do processo, conforme legislação vigente; **2. Quanto à questão suscitada de Multa com efeito confiscatório** – resolvem afastar por unanimidade de votos, entendem os senhores Conselheiros que não é competência desta Câmara de Julgamento afastar a aplicação de norma sob o fundamento de inconstitucionalidade, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **No mérito**, por maioria de votos, resolvem conhecer do Recurso interposto, dar-lhe parcial provimento, modificar a decisão de procedência exarada em 1ª Instância e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 126, da Lei nº 12.670/96, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, com a alteração da Lei nº 16.258/2017, prevê aplicação da penalidade mais benéfica ao contribuinte. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Souza, que ficou designado para lavrar a Resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela procedência da autuação aplicando o art.123, III, “g”, da Lei nº 12.670/96, c/c o art. 126, da mesma lei, por ser mercadorias sujeitas à Substituição Tributária. Foi voto divergente o da Conselheira Relatora Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou nos termos da manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais: I - Distribuição de Processos.** Anote-se para fins de registro e publicidade que a Secretaria da 3ª Câmara recebeu, em 02/06/2020, da Célula de Assessoria Processual Tributária – CEAPRO, e distribuiu aos conselheiros os seguintes processos: nº - 1/6544/2017, 1/5456/2017, 1/471/2017, 1/639/2017 (Cons. Alexandre Mendes de Souza); 1/6545/2017, 1/5457/2017, 1/5263/2017, 1/640/2017 (Cons. Felipe Augusto Araújo Muniz); 1/4179/2017, 1/6546/2017, 1/5459/2017, 1/5280/2017, 1/641/2017 (Cons. Lúcio Flávio Alves); 1/4180/2017, 1/6547/2017, 1/4077/2017, 1/4512/2016, 1/5281/2017 (Cons. Mikael Pinheiro de Oliveira); 1/4181/2017, 1/5454/2017, 1/4078/2017, 1/2222/2018, 1/3895/2017 (Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho); 1/4182/2017, 1/5455/2017, 1/62/2018, 1/638/2017 (Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto). **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 18 (dezoito) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA